

**À**  
**SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL/RO.**  
**EQUIPE DE LICITAÇÃO ZETA**

**PORTO VELHO/RO.**

**AT. SENHOR (a) PREGOEIRO (a)**

**Pregão Eletrônico nº 250/2019/KAPPA/SUPEL-RO – Processo Administrativo nº 0032.174696/2019-51, Abertura Prevista para o dia 27/02/2020 ÀS 10h00min horas, Horário de Brasília/DF.**

### **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL**

**FBX – SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**, empresa de iniciativa privada, inscrita no CNPJ sob o nº 12.159.225/0001-74 com sede à Avenida dos Imigrantes, nº. 5286 - bairro Rio Madeira, na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, representada por seu procurador, o Sr. Elias Ferreira da Silva, RG: 133.900 SSP/RO e CPF: 113.762.282-20, vêm, **TEMPESTIVAMENTE**, na forma da legislação vigente, **SOLICITAR ESCLARECIMENTOS** ao Edital supracitado, com base nos fatos e fundamentos que passa a descrever:

#### **1 – Do Direito Pleno ao Pedido de Esclarecimentos:**

**Do Edital de Licitação (itens do edital);**

#### **4 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÕES ADICIONAIS QUE DEVERÃO SER INCONDICIONALMENTE OBSERVADOS:**

**Do Edital de Licitação (itens do edital);**

4.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados o (a) Pregoeiro (a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art. 19 do Decreto Estadual n.º 12.205/06, manifestando-se **PREFERENCIALMENTE** via e-mail: [supel.kappa@gmail.com](mailto:supel.kappa@gmail.com) (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo (a) Pregoeiro (a) e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (069) 3212-9272 ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h: 30min. às 13h:30min. (Horário de Rondônia), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, S/N - Bairro: Pedrinhas - Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.903-036, Telefone: (0XX) 69.3212-9242, devendo o licitante mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.



**4.1.1. Até a data definida para a sessão inaugural,** o (a) Pregoeiro (a) deverá disponibilizar a resposta dos esclarecimentos protocolados, caso contrário, o(a) Pregoeiro(a) antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

4.2. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, às licitantes que tenham adquirido o Edital.

## **2 – Do Objeto:**

Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial preventiva, ostensiva e armada, que compreenderá, além da mão de obra exclusiva, o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, a serem prestadas na unidade administrativa da Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL.

## **3 – Dos Pedidos de Esclarecimentos:**

**(3.1) O edital nos itens abaixo, trazem as seguintes observações e exigências em relação à participação de microempresas e empresas de pequeno porte:**

**6 – DA QUALIFICAÇÃO DAS ME, EPP, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO.**

**6.1** As microempresas e das empresas de pequeno porte e empresas equiparadas a ME/EPP, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo devem atender as disposições estabelecidas na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais normas de estilo para fins de fruição dos benefícios ali dispostos. Grifa-se.**

9.16. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRASNET;

9.17. Será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços, na forma preconizada no art. 3º, § 2º, incisos II, III, IV e V e art. 45, §2º, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, após obedecido o disposto nos subitens antecedentes, o sistema Comprasnet **classificará automaticamente o licitante que primeiro ofertou o último lance.**

### **13.6. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI;



**25. DA CONTRATAÇÃO DE ME E EPP - DECRETO ESTADUAL Nº 21.675/2017**

**25.1. Caberá à SUPEL/RO, zelar pelo cumprimento do Decreto nº 21.675, de 03 de março de 2017, quanto ao tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, Microempreendedores Individuais – MEI e sociedade, cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Estadual.**

Compulsando o Decreto Estadual nº 21.675, de 03 de março de 2017, o qual o edital faz referência no subitem acima, temos a seguinte redação:

*Art. 13. Para fins do disposto neste Decreto, o enquadramento dar-se-á como:*

*§ 1º O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.*

*§ 2º Em cada certame deverá ser exigida a declaração do licitante a ser beneficiado, devendo atestar que desde a data da sua emissão cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do Tratamento Favorecido estabelecido nos artigos 42 e 49, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e neste Decreto, sob as penas da lei. Grifa-se.*

A fim de embasar o questionamento a ser formulado por esta empresa no que concerne ao benefício da Lei 123/2006 àquelas empresas que usufruirão o referido benefício, o Tribunal de Contas da União/TCU, em licitação recente realizada pelo referido órgão fiscalizador para o mesmo Objeto, ora licitado, Edital PE 82/2019, Processo Administrativo nº 035.822/2019-8 UASG: 30001 trouxe o seguinte:

**23.1.1. Caso a licitante tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.jus.br](http://www.portaltransparencia.jus.br), se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar. Grifei.**

Baseada nos itens do edital acima e no critério utilizado pelo Tribunal de Contas da União/TCU em edital tendo o mesmo Objeto desta licitação ora questionada, em relação ao benefício àquelas empresas enquadradas na Lei 123/2006, Pergunta-se;

**Aquela empresa, enquadrada como EPP, que tenha ultrapassado o limite de faturamento/receita previsto na LC nº 123 no presente ano de 2019, poderá beneficiar-se do desempate no presente certame, no momento que for chamada para tal? Grifa-se.**

Sabe-se, conforme o item do edital do Tribunal de Contas da União, copiado acima em sua íntegra, que a partir do momento que a empresa tenha extrapolado o limite de faturamento previsto na Lei 123/2006, relativa ao último exercício e ao exercício corrente,



até o mês anterior à data da licitação, entende-se que a mesma deverá solicitar o seu desenquadramento de tal sistema e logo não poderá beneficiar-se do referido benefício. Grifa-se.

O parágrafo segundo do Artigo 13 do Decreto Estadual nº 21.675, de 03 de março de 2017, diz que em cada certame, deverá ser exigida a Declaração do Licitante a ser beneficiado pela Lei 123/2006, **devendo atestar que desde a data da sua emissão**, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte. Leia-se:

*§ 2º Em cada certame deverá ser exigida a declaração do licitante a ser beneficiado, devendo atestar que desde a data da sua emissão cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do Tratamento Favorecido estabelecido nos artigos 42 e 49, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e neste Decreto, sob as penas da lei. Grifa-se.*

O edital ora questionado, não traz a exigência quanto a esta declaração prevista na Lei Estadual nº 21.675. (logo deve ser solicitada).

Onde deixa claro que a referida declaração, deve ATESTAR QUE DESDE A DATA DE SUA EMISSÃO, a empresa cumpre os requisitos legais para a qualificação a usufruir dos benefícios da Lei 123/2006.

Ora, se tal exigência da Declaração, refere-se ao momento presente da Licitação, a mesma deve constar a data atual, onde a empresa deve ATESTAR que está apta a receber o benefício da Lei 123/2006, onde se conclui, portanto, que até a data que a citada Declaração for emitida, caso a empresa tenha extrapolado os limites da referida Lei, a mesma não poderá mais beneficiar-se ou usufruir dos benefícios previstos na LEI 123/2006.

**Qual a posição da SUPEL em relação ao assunto?**

**(3.2) No preâmbulo do edital, subitem 1.1, ler-se que a presente licitação será por MENOR PREÇO POR LOTE, sobre a forma de execução INDIRETA e regime de empreitada por PREÇO GLOBAL.**

Ocorre que no COMPRASNET (COMPRAS GOVERNAMENTAIS), onde vai ser realizado o certame, a disposição dos itens, não está de acordo com o item 3 do edital (Das Especificações Técnicas e Quantidade de Objeto).

Logo no início do G1 ao clicar para Incluir a Proposta para o Grupo, **no item 1 consta na Descrição RELÓGIO DE VIGIA, onde pede Marca, Fabricante, Modelo/Versão, ou seja, está em desacordo com o Objeto do Edital. Grifa-se.**

**Assim sendo, na opinião desta empresa, o referido item deve ser corrigido/alterado no sistema. Grifa-se.**

De acordo com o item 3 do edital, a licitação será composta de 5 Lotes/Grupos, no entanto, no sistema está cadastrado por Grupo/Item, no total de 7 itens.

Desta forma, pergunta-se; O cadastramento no COMPRASNET, não deve seguir o que consta no item 3 do edital? Ou seja, serão G1, G2, G3, G4 e G5, e em cada grupo deve ser relacionado o item ou os itens correspondentes? A fim que o sistema, fique em conformidade com o edital, item 3, onde diz que serão 05 Lotes? Grifa-se.



#### **4 – Do Pedido:**

Assim, diante do exposto e na certeza de estarmos contribuindo com o intuito de elucidar questões importantes do edital, aguarda as respostas e o posicionamento dessa digníssima comissão de licitação.

Termos em que pede e espera o deferimento.

Porto Velho (RO), 17 de fevereiro de 2020.

  
**FBX - SERVIÇOS DE SEGURANÇA**  
**Elias Ferreira da Silva**  
Procurador

**FBX – SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**

CNPJ 12.159.225/0001-74

Elias Ferreira da Silva

Procurador.

RG: 133.900 SSP/RO e CPF: 113.762.282-20

(69) 3222-9038





supel comissão &lt;supel.kappa@gmail.com&gt;

---

**Pedido de Esclarecimentos ao PE 250/2019 (Vigilância Armada)**

2 mensagens

---

**Área Comercial - Contratos e Licitações** <contratos@fbxseguranca.com.br>  
Para: supel.kappa@gmail.com

17 de fevereiro de 2020 11:27

(Documento assinado em PDF, anexo).

**FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO.****À****SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL/RO.****EQUIPE DE LICITAÇÃO ZETA****PORTO VELHO/RO.****1. SENHOR (ª) PREGOEIRO (ª)**

**Pregão Eletrônico nº 250/2019/KAPPA/SUPEL-RO – Processo Administrativo nº 0032.174696/2019-51, Abertura Prevista para o dia 27/02/2020 ÀS 10h00min horas, Horário de Brasília/DF.**

**PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL**

**FBX – SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**, empresa de iniciativa privada, inscrita no CNPJ sob o nº 12.159.225/0001-74 com sede à [Avenida dos Imigrantes, nº. 5286 - bairro Rio Madeira](#), na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, representada por seu procurador, o Sr. Elias Ferreira da Silva, RG: 133.900 SSP/RO e CPF: 113.762.282-20, vêm, **TEMPESTIVAMENTE**, na forma da legislação vigente, **SOLICITAR ESCLARECIMENTOS** ao Edital supracitado, com base nos fatos e fundamentos que passa a descrever:

**1 – Do Direito Pleno ao Pedido de Esclarecimentos:****Do Edital de Licitação (itens do edital);**

## **4 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÕES ADICIONAIS QUE DEVERÃO SER INCONDICIONALMENTE OBSERVADOS:**

### **Do Edital de Licitação (itens do edital);**

4.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados o (a) Pregoeiro (a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art. 19 do Decreto Estadual n.º 12.205/06, manifestando-se PREFERENCIALMENTE via e-mail: [supel.kappa@gmail.com](mailto:supel.kappa@gmail.com) (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo (a) Pregoeiro (a) e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (069) 3212-9272 ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h: 30min. às 13h:30min. (Horário de Rondônia), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, S/N - Bairro: Pedrinhas - Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.903-036, Telefone: (0XX) 69.3212-9242, devendo o licitante mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

**4.1.1. Até a data definida para a sessão inaugural,** o (a) Pregoeiro (a) deverá disponibilizar a resposta dos esclarecimentos protocolados, caso contrário, o(a) Pregoeiro(a) antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

4.2. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, às licitantes que tenham adquirido o Edital.

## **2 – Do Objeto:**

Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial preventiva, ostensiva e armada, que compreenderá, além da mão de obra exclusiva, o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços, a serem prestadas na unidade administrativa da Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL.

## **3 – Dos Pedidos de Esclarecimentos:**

**(3.1) O edital nos itens abaixo, trazem as seguintes observações e exigências em relação à participação de microempresas e empresas de pequeno porte:**

## **6 – DA QUALIFICAÇÃO DAS ME, EPP, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO.**

**6.1** As microempresas e das empresas de pequeno porte e empresas equiparadas a ME/EPP, agricultores familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo devem atender as disposições estabelecidas na **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais normas de estilo para fins de fruição dos benefícios ali dispostos. Grifa-se.**

9.16. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRASNET;

9.17. Será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços, na forma preconizada no art. 3º, § 2º, incisos II, III, IV e V e art. 45, §2º, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, após obedecido o disposto nos subitens antecedentes, o sistema Comprasnet classificará automaticamente o licitante que primeiro ofertou o último lance.

### **13.6. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI

#### **2. DA CONTRATAÇÃO DE ME E EPP - DECRETO ESTADUAL Nº 21.675/2017**

**25.1. Caberá à SUPEL/RO, zelar pelo cumprimento do Decreto nº 21.675, de 03 de março de 2017, quanto ao tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, Microempreendedores Individuais – MEI e sociedade, cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Estadual.**

Compulsando o Decreto Estadual nº 21.675, de 03 de março de 2017, o qual o edital faz referência no subitem acima, temos a seguinte redação:

**Art. 13. Para fins do disposto neste Decreto, o enquadramento dar-se-á como:**

- **1º O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.**

**§ 2º Em cada certame deverá ser exigida a declaração do licitante a ser beneficiado, devendo**

**atestar que desde a data da sua emissão cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do Tratamento Favorecido estabelecido nos artigos 42 e 49, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e neste Decreto, sob as penas da lei. Grifa-se.**

A fim de embasar o questionamento a ser formulado por esta empresa no que concerne ao benefício da Lei 123/2006 àquelas empresas que usufruirão o referido benefício, o Tribunal de Contas da União/TCU, em licitação recente realizada pelo referido órgão fiscalizador para o mesmo Objeto, ora licitado, Edital PE 82/2019, Processo Administrativo nº 035.822/2019-8 UASG: 30001 trouxe o seguinte:

**23.1.1. Caso a licitante tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico [www.portaltransparencia.jus.br](http://www.portaltransparencia.jus.br), se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar. Grifei.**

Baseada nos itens do edital acima e no critério utilizado pelo Tribunal de Contas da União/TCU em edital tendo o mesmo Objeto desta licitação ora questionada, em relação ao benefício àquelas empresas enquadradas na Lei 123/2006, Pergunta-se;

**Aquela empresa, enquadrada como EPP, que tenha ultrapassado o limite de faturamento/receita previsto na LC nº 123 no presente ano de 2019, poderá beneficiar-se do desempate no presente certame, no momento que for chamada para tal? Grifa-se.**

Sabe-se, conforme o item do edital do Tribunal de Contas da União, copiado acima em sua íntegra, que a partir do momento que a empresa tenha extrapolado o limite de faturamento previsto na Lei 123/2006, relativa ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior à data da licitação, entende-se que a mesma deverá solicitar o seu desenquadramento de tal sistema e logo não poderá beneficiar-se do referido benefício. Grifa-se.

O parágrafo segundo do Artigo 13 do Decreto Estadual nº 21.675, de 03 de março de 2017, diz que em cada certame, deverá ser exigida a Declaração do Licitante a ser beneficiado pela Lei 123/2006, **devendo atestar que desde a data da sua emissão**, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte. Leia-se:

- **2º Em cada certame deverá ser exigida a declaração do licitante a ser beneficiado, devendo atestar que desde a data da sua emissão cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do Tratamento Favorecido estabelecido nos artigos 42 e 49, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e neste Decreto, sob as penas da lei. Grifa-se.**

O edital ora questionado, não traz a exigência quanto a esta declaração prevista na Lei Estadual nº 21.675. (logo deve ser solicitada).

Onde deixa claro que a referida declaração, deve ATESTAR QUE DESDE A DATA DE SUA EMISSÃO, a empresa cumpre os requisitos legais para a qualificação a usufruir dos benefícios da Lei 123/2006.

Ora, se tal exigência da Declaração, refere-se ao momento presente da Licitação, a mesma deve constar a data atual, onde a empresa deve ATESTAR que está apta a receber o benefício da Lei 123/2006, onde se conclui, portanto, que até a data que a

**citada Declaração for emitida, caso a empresa tenha extrapolado os limites da referida Lei, a mesma não poderá mais beneficiar-se ou usufruir dos benefícios previstos na LEI 123/2006.**

**Qual a posição da SUPEL em relação ao assunto?**

**(3.2) No preâmbulo do edital, subitem 1.1, ler-se que a presente licitação será por MENOR PREÇO POR LOTE, sobre a forma de execução INDIRETA e regime de empreitada por PREÇO GLOBAL.**

Ocorre que no COMPRASNET (COMPRAS GOVERNAMENTAIS), onde vai ser realizado o certame, a disposição dos itens, não está de acordo com o item 3 do edital (Das Especificações Técnicas e Quantidade de Objeto).

Logo no início do G1 ao clicar para Incluir a Proposta para o Grupo, **no item 1 consta na Descrição RELÓGIO DE VIGIA, onde pede Marca, Fabricante, Modelo/Versão, ou seja, está em desacordo com o Objeto do Edital. Grifa-se.**

**Assim sendo, na opinião desta empresa, o referido item deve ser corrigido/alterado no sistema. Grifa-se.**

De acordo com o item 3 do edital, a licitação será composta de 5 Lotes/Grupos, no entanto, no sistema está cadastrado por Grupo/Item, no total de 7 itens.

**Desta forma, pergunta-se; O cadastramento no COMPRASNET, não deve seguir o que consta no item 3 do edital? Ou seja, serão G1, G2, G3, G4 e G5, e em cada grupo deve ser relacionado o item ou os itens correspondentes? A fim que o sistema, fique em conformidade com o edital, item 3, onde diz que serão 05 Lotes? Grifa-se.**

#### **4 – Do Pedido:**

Assim, diante do exposto e na certeza de estarmos contribuindo com o intuito de elucidar questões importantes do edital, aguarda as respostas e o posicionamento dessa digníssima comissão de licitação.

Termos em que pede e espera o deferimento.

Porto Velho (RO), 17 de fevereiro de 2020.

---

**FBX – SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA**

CNPJ 12.159.225/0001-74

Elias Ferreira da Silva

Procurador.

RG: 133.900 SSP/RO e CPF: 113.762.282-20

(69) 3222-9038



contratos@fbxseguranca.com.br  
69) 3222-9038 (69)99260-7636  
www.grupofbxservicos.com.br  
Avenida dos Imigrantes n° 5286  
Bairro Rio Madeira – CEP: 76.821-302



**Pedido de Esclarecimentos - PE 250-2019-KAPPA-SUPEL-RO (SEJUCEL) em PDF.pdf**  
612K

**supel comissão** <supel.kappa@gmail.com>  
Para: contratos@fbxseguranca.com.br

17 de fevereiro de 2020 12:36

Boa tarde!

Sr. licitante, atestamos o recebimento do seu pedido.

Att.  
Equipe KAPPA/SUPEL.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

**EQUIPE KAPPA/SUPEL/RO**

**Complexo Rio Madeira - Ed. Rio Pacaás Novos - 2º Andar**

**Porto Velho, Rondônia.**

**(69) 3212-9267**